

# Termo de Referência 41/2024

## Informações Básicas

Número do artefato

UASG

Editado por

Atualizado em

41/2024

985725-PREF.MUN.DE SANTA MARIA DE JETIBA

LORRAINE HENKE

27/03/2024 10:20 (v 2.0)

Status

CONCLUIDO

## Outras informações

Categoria

Número da Contratação

Processo Administrativo

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

466/2024

## 1. Definição do objeto

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de aviamentos e tecidos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	C O D . INTERNO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	AGULHA DE MÃO PARA BORDAR	51814	UND	40	18,00	720,00
2	BARBANTE Nº6	52362	RL	250,00	18,030	4.507,50
3	BORDADO INGLÊS	51817	UND	60	17,290	1.037,40
4	BORDADO INGLÊS COM PASSA FITA LARGURA 6,4 CM	51816	UND	40	21,420	856,80
5	BORDADO INGLES LARGURA 2,5 CM	51818	UND	50	16,99	849,50
6	BORDADO INGLES LARGURA 5CM	51819	UND	20	16,15	323,00
7	BOTÃO SORTIDOI PARA ARETESANATO	51820	UND	50	0,66	33,00
8	CORDÃO DE SÃO FRANCISCO	51821	UND	70	12,28	859,60
9	CORDÃO METALIZADO	51822	MT	80	13,67	1.093,60
10	ENCHIMENTO PARA	KG	KG	50	23,97	1.198,50

	ALMOFADA					
11	ENTRETELA DUPLA FACE ADESIVA E TERMOCOLANTE	51828	UND	30	9,57	287,10
12	FELTRO LISO	51829	MT	350	12,490	4.371,00
13	FIO SISAL PARA ARTESANATO	51830	UND	140	22,41	3.137,40
14	FITA CETIM	51833	UND	30	5,60	168,00
15	FITA CETIM DUPLA FACE	51835	UND	50	14,52	726,00
16	FITA CETIM FACE SIMPLES	51831	UND	120	6,92	830,40
17	FITA CETIM FACE SIMPLES LARGURA 7MM	51832	UND	210	7,61	1.598,10
18	FITA DE CETIM LARGURA DE 50MM - COMPOSICAO 100% POLIESTER; ROLO COM 10M; CORES VARIADAS	51834	UND	54	7,94	428,76
19	FITA DE CETIM ROLO COM 100M - COMPOSICAO 100% POLIESTER; LARGURA DE 7MM; CORES VARIADAS	51836	UND	02	13,47	26,94
20	FITA DE GORGURAO PARA LACOS - LARGURA DE 38MM, ROLO COM 10M, CORES VARIADAS	51837	UND	160	12,33	1.972,80
21	FITILHO PARA PRESENTE CORES VARIADAS -	50164	UND	5	2,28	11,40
22	FLOR DE LANTEJOULA BRILHANTE PARA ARTESANATO	51838	UND	32	13,68	437,76
23	GANCHO PINCA COM BASE PARA COLAGEM	51841	UND	120	6,00	720,00
24	LASTEX - COMPOSICAO 58% LATEX, 42%	51844	UND	90	7,85	706,50
25	LINHA EM NYLON - TRANSPARENTE E RESISTENTE	51847	UND	50	9,76	488,00
26	LINHA PARA COSTURA	51849	UND	140	5,11	715,40
27	LINHA PARA COSTURA COM SORTIMENTO	51848	UND	15	61,93	928,95
28	LINHA PARA CROCHE	51850	UND	150	5,78	867,00
29	LINHA PRINCESINHA BRILHO -	51851	UND	54	19,44	1.049,76
30	MEADA PARA BORDAR	51852	UND	100	2,63	263,00
31	MICANGA DE		UND	50	12,09	604,50

	PLASTICO GRANDE					
32	MICANGA DE PLASTICO MEDIO - T	51854	UND	50	15,08	754,00
33	NOVELO DE LA	53997	UND	260	4,24	1.102,40
34	OLHO MOVEL COM CILIOS TAMANHO DE 10MM	51856	UND	10	14,88	148,80
35	OLHO MOVEL COM CILIOS TAMANHO DE 12MM	51855	UND	10	18,63	186,30
36	PALITOS PARA PICOLE PONTAS ARREDONDADAS	50185	PCT	50	5,11	255,50
37	PASSA FITA LARGURA DE 1,4 CM	51858	UND	10	12,38	123,80
38	PASSA FITA LARGURA DE 1,5CM	51859	UND	50	8,43	421,50
39	PEROLA INTEIRA COM FURO EM ABS	51860	UND	20	46,43	928,60
40	RENDA TIPO FRUFU	51863	UND	90	17,99	1.619,10
41	SIANINHA	51865	UND	25	12,90	322,50
42	SIANINHA METALIZADA	51864	UND	71	13,10	930,10
43	TECIDO DE ALGODAO	51872	MT	10	18,13	181,30
44	TECIDO MALHA CORES DIVERSAS	50405	MT	355	18,17	6.450,35
45	TECIDO PARA BORDAR TIPO VAGONITE	51866	MT	30	21,91	657,30
46	TECIDO TIPO ALGODAO CRU	51867	MT	305	16,45	5.017,25
47	TECIDO TIPO CETIM MELLOW	51870	MT	400	11,71	4.684,00
48	TECIDO TIPO CHITA	51871	MT	10	12,43	124,30
49	TECIDO TIPO ETAMINE PARA BORDAR PONTO CRUZ	51874	MT	20	22,43	448,60
50	TECIDO TIPO FELTRO	51875	MT	200	13,15	2.630,00
51	TECIDO TIPO JUTA	51877	MT	305	11,05	3.370,25
52	TECIDO TIPO MORIM	51878	MT	30	110,18	3.305,40
53	TECIDO TIPO ORGANZA CRISTAL	51879	MT	210	8,96	1.881,60
54	TECIDO TIPO ORGANZA LISO	51880	MT	300	13,22	3.966,00
55	TECIDO TIPO OXFORD ESTAMPADO XADREZ	51881	MT	30	6,50	195,00
54	TECIDO TIPO OXFORD LARGURA MINIMA DE 3M	51882	MT	350	7,74	2.709,00
55	TECIDO TIPO SACARIA ALVEJADO GROSSO PARA PANO DE PRATO -	51883	MT	20	13,20	264,00
56	TECIDO TIPO TNT	51886	MT	680	1,67	1.135,60
57	TECIDO TIPO TNT ESTAMPADO	51885	MT	10	7,19	71,90
58	TECIDO TIPO	51888	MT	16	27,12	433,92

	TRICOLINE ESTAMPA NATALINA					
59	TECIDO TIPO TRICOLINE LISO	51893	MT	10	12,36	123,60
60	TECIDO TIPO VOIL - COMPOSICAO 100% POLIESTER;	51894	MT	10	13,01	130,10
61	TIARA TIPO ARCO EM PLASTICO -	51895	UN	340	4,65	1581,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) publicação do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Fundamentação da contratação

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. Descrição da solução

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

#### Subcontratação

4.16. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### Garantia da contratação

4.19. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 dias, contados do(a) a partir da emissão da AF, em remessa única.
- 5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Alfredo Emilio Rodrigues, 85, Centro, Santa Maria de Jetibá -ES

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

#### Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ( [Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

#### Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));
- 6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ( [Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));
- 6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));
- 6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ( [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).
- 6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

### **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

### **Gestor do Contrato**

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

#### **Recebimento**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. Critérios de seleção do fornecedor**

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### **Forma de fornecimento**

8.2. O fornecimento do objeto será única

#### **Exigências de habilitação**

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

Documentos para habilitação:

8.4. Cédula de Identidade e CPF do sócio administrador da empresa;

8.5. Ato constitutivo registrado no órgão competente, e suas alterações, quando este não estiver consolidado;



- 8.6. Inscrição no CNPJ, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- 8.7. Prova de Inscrição Estadual, se houver, relativa ao domicílio ou sede da empresa;
- 8.8. Prova de Inscrição Municipal, relativa ao domicílio ou sede da empresa
- 8.9. Atestado de Capacidade Técnica, emitido por órgão público ou empresa privada
- 8.10. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais (as empresas criadas no exercício ficam autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura);
- 8.11. Demonstrativos de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), em ambos os exercícios, apurados pelas fórmulas abaixo, cujo cálculo deverá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado pelo representante legal da empresa e por profissional habilitado da área contábil.
- 8.11.1. Declaração de que possui em a execução do objeto desta licitação, na forma da legislação e Liquidez Geral: o resultado deverá ser superior a 1,00 devidamente inscrito e regular perante o
- 8.11.2.  $LG = 20.4.3(ATIVO\ CIRCULANTE + REALIZÁVEL\ A\ LONGO\ PRAZO) / o$
- 8.11.3.  $u (PASSIVO\ CIRCULANTE + PASSIVO\ NÃO\ CIRCULANTE) / privado$ , devidamente
- Solvência Geral: o resultado deverá ser superior a 1,00.
- Fornecimento e aplicação de CBUQ, camada pronta, .;
- $SG = ATIVO\ TOTAL$
- $(PASSIVO\ CIRCULANTE + PASSIVO\ NÃO\ CIRCULANTE) / 20.5.$
- OUTRAS DECLARAÇÕES:
- 8.11.4. Liquidez Corrente: o resultado deverá ser superior a 1,00. Declaração de Responsabilidade Ambiental,
- 8.11.5  $LC = ATIVO\ CIRCULANTE$
- $PASSIVO\ CIRCULANTE$
- 8.11.5.1. As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices acima deverão comprovar o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado total para contratação. expedição
- 8.12. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 8.13. Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual (ICMS), relativa ao domicílio ou sede da empresa;
- 8.14. Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS), relativa ao domicílio ou sede da empresa;
- 8.15. Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- 8.16. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- 8.17. Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata, (será considerada a validade de 60 dias a partir da data de sua expedição quando a mesma não estiver expressa no corpo da certidão);
- 8.18. Declaração de atendimento ao Inc. XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;
- 8.19. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social;
- 8.20. Declaração de atendimento ao previsto no § 2º. Art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2019 (apenas para microempresas e empresas de pequeno porte

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 77.971,24

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$77.971,24 (setenta e sete mil novecentos e setenta e um reais e vinte e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na [tabela acima]

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Ficha/fonte 135-1500001 - Material de consumo;

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Disposições Gerais

11. Disposições gerais

11.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação

11.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

## 12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LORRAINE HENKE**

55137 Matrícula

Despacho: APROVADO

**NILTON CAPAZ**

Secretário de Cultura e Turismo